

PÁG.

- 1- [ATA](#)
    - 1.1- Reunião Especial Destinada a Homenagear o Banco do Brasil
  - 2- [EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
    - 2.1- Plenário
  - 3- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
  - 4- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
  - 5- [ERRATA](#)
- 

ATA

-----

**ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DESTINADA A HOMENAGEAR O BANCO DO BRASIL PELO TRANSCURSO DE SEU 185º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO E PELOS 75 ANOS DE INSTALAÇÃO DE SUA AGÊNCIA CENTRO DE BELO HORIZONTE, EM 9 DE DEZEMBRO DE 1993**

Presidência do Deputado José Ferraz

**SUMÁRIO: ABERTURA - Ata** - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Agostinho Patrus - Palavras do Dr. Eustáquio Wagner Guimarães Gomes - Entrega de placa alusiva ao evento - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação do Coral Ars Nova - **ENCERRAMENTO.**

**ABERTURA**

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Rêmolo Aloise - Sebastião Helvécio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduino - Antônio Genaro - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Eduardo Brás - Edward Abreu - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Ivo José - Jaime Martins - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - Márcio Miranda - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Milton Salles - Péricles Ferreira - Raul Messias - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wellington de Castro - Wilson Pires.

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**Ata**

- **O Deputado Jorge Hannas**, 2º Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Nomeação de Comissão

**O Sr. Presidente** - A Presidência nomeia os Deputados Baldonado Napoleão, Clêuber Carneiro, Roberto Amaral e Miguel Barbosa para introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - Convido a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Kemil Kumaira, DD. Secretário de Assuntos Municipais, representante de S. Exa. o Governador do Estado, Dr. Hélio Garcia; Eustáquio Wagner Guimarães Gomes, DD. Superintendente Estadual do Banco do Brasil; Carlos Roberto de Alvarenga, DD. Gerente-Geral da Agência Centro do Banco do Brasil de Belo Horizonte; Ministro Mário Pacini, ex-Diretor do Banco do Brasil; Delauro Boungratz, ex-Diretor do Banco do Brasil; jornalista Theodulo Pereira, DD. Diretor-Secretário do jornal "Estado de Minas".

Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta reunião a homenagear o Banco do Brasil pelo transcurso de seu 185º aniversário de fundação e pelos 75 anos de instalação de sua

Agência Centro em Belo Horizonte.

#### Execução do Hino Nacional

**O Sr. Presidente** - A Presidência convida os presentes a ouvir, de pé, o Hino Nacional, que será cantado pelo Coral Ars Nova, da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a regência do maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca.

- É executado o Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Agostinho Patrus

Prezado Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ilustre Deputado José Ferraz; Deputado Kemil Kumaira, DD. Secretário de Assuntos Municipais, representando, nesta solenidade, o ilustre Governador do Estado, Dr. Hélio Garcia; Dr. Eustáquio Wagner Guimarães Gomes, DD. Superintendente Estadual do Banco do Brasil, figura querida de todos nós; Dr. Carlos Roberto de Alvarenga, DD. Gerente-Geral da agência Centro do Banco do Brasil de Belo Horizonte; prezado amigo de longa data, Ministro e ex-Diretor do Banco do Brasil, Dr. Mário Pacini; Dr. Delauro Baungratz, ex-Diretor do Banco do Brasil; prezado amigo jornalista Theodulo Pereira, Diretor-Secretário do jornal "Estado de Minas"; prezado amigo Afonso Franco, grande Presidente da Associação Atlética do Banco do Brasil; senhores funcionários; prezados Deputados; senhoras e senhores, a homenagem que Minas Gerais presta, no dia de hoje, ao Banco do Brasil, por meio da Assembléia Legislativa, é, mais do que mera formalidade, um gesto afetivo, profundamente arraigado no coração do povo montanhês.

Este Estado, sempre fiel ao espírito liberal, vê na permanência e na estabilidade das instituições um importante fator, não apenas de fortalecimento político, mas também de coesão social e de progresso econômico.

É essa a dimensão do Banco do Brasil, na pluralidade da sua atuação como forma social que se consolidou prestando os mais relevantes serviços à Nação brasileira.

A história dessa instituição representa um capítulo especial na crônica da vida econômica brasileira. Criado em 1808 pelo Príncipe Regente Dom João VI, por sugestão do Conde de Linhares, foi o 4º Banco emissor do mundo, antecedido apenas pelos da Suécia, da Inglaterra e da França.

Nessa sua primeira fase, foram instaladas no interior do Brasil diversas agências, uma delas, a de Vila Rica de Ouro Preto, na Província de Minas Gerais.

Segue-se um período de expansão do Banco, sendo criadas filiais ou agências em diversas Capitais brasileiras.

Em Minas Gerais, são instaladas agências em Três Corações e Uberaba, em 1916. Motivo de especial júbilo para a instituição é a comemoração dos 75 anos de atividade das agências de Juiz de Fora, Cataguases, Carangola, Varginha e da nova filial de Belo Horizonte.

A inauguração da agência de Belo Horizonte contribuiu decisivamente para o progresso da cidade, que foi a primeira construída no Brasil, no final do século passado, para ser uma Capital e que já alcançava extraordinária projeção econômica e financeira. Todo o Estado de Minas Gerais logo se beneficiaria com a irradiação, para as diversas regiões mineiras, dos serviços prestados pelas agências estrategicamente espalhadas pelos nossos municípios.

Na atuação do Banco em Minas Gerais, sempre se entrelaçaram, de modo harmonioso, as funções econômica e social, o que possibilitou a sua enorme aceitação por todo o povo mineiro. A grandeza de tal atuação só tem sido possível graças à excepcional categoria dos funcionários da instituição, que têm no profissionalismo um verdadeiro estilo de vida. Menção especial por sua capacidade de liderança e competência merece o Superintendente Estadual, Dr. Eustáquio Wagner Guimarães Gomes.

Os reflexos da atividade do Banco em nosso território fizeram se sentir, sem sombra de dúvida, no desempenho econômico do Estado: a instituição marcou a sua presença ao longo das décadas em que Minas Gerais lutou para alcançar o crescimento que a situa, hoje, como a 2ª economia do País.

O Brasil não conseguiu ainda implementar um projeto consistente de desenvolvimento - com a única exceção do que se realizou ao tempo em que o País era presidido pelo inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek. Crescendo desordenadamente, o Brasil ainda não logrou melhorar as condições de vida da sua população, agravando-se, em consequência, os nossos problemas sociais.

Sabemos que ainda existem muitas providências a serem tomadas no campo da circulação econômica para se melhorarem as condições do País, de acordo com o que preconiza o art. 170 da Constituição, onde o constituinte de 1988 patenteou a sua intenção de estruturar o sistema financeiro nacional para promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir ao interesse da comunidade. É com esse espírito que as instituições financeiras são ali tratadas, em igualdade de condições com as instituições privadas, com acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário.

Em Minas, podemos testemunhar a atuação desassomburada e competente do Banco do Brasil, que tem sido um dos grandes impulsionadores da nossa economia. Mercê dessa identificação com o Estado, o Banco passou a ocupar um lugar especial em nossa admiração, o que torna oportuna a homenagem ora prestada a ele pela Assembléia

Legislativa.

A luta pela preservação das instituições confunde-se, nos dias de hoje, com a batalha pelo fortalecimento da democracia. Homens públicos, empresários e cidadãos com informações razoáveis sobre a realidade nacional estão hoje de acordo sobre a necessidade de se modernizar o Estado brasileiro. Pretende-se reduzir o impacto da sua intervenção no domínio econômico para que, limitado às áreas essenciais, ele possa melhor cumprir as suas funções. Mas é preciso não esquecer que, para realizar as suas tarefas, o poder público não pode prescindir das instituições que constituem os seus sustentáculos. O Banco do Brasil, um dos pilares do Estado brasileiro, com uma ampla folha de serviços prestados a Minas e ao Brasil, é e será sempre um instrumento imprescindível para a promoção do desenvolvimento econômico do nosso País. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Eustáquio Wagner Guimarães Gomes

Exmos. Srs. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Ferraz; Deputado Kemil Kumaira, DD. Secretário de Assuntos Municipais, representando o Governador Hélio Garcia, grande amigo do Banco do Brasil; meu caro Carlos Roberto de Alvarenga, Gerente-Geral da agência Centro do Banco do Brasil em Belo Horizonte, que neste ano comemora 75 anos; Ministro Mário Pacini, eterno Diretor do Banco do Brasil; Dr. Delauro Baungratz, ex-Diretor e também eterno Diretor do Banco do Brasil; jornalista Theodulo Pereira, Diretor-Secretário do jornal "Estado de Minas", que, ao longo do tempo, se transformou em grande amigo do Banco do Brasil e nos acompanha em todas as solenidades; meu caro e fraterno amigo Deputado Agostinho Patrus, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem ao Banco do Brasil, colegas do Banco do Brasil, empresários, senhoras e senhores.

Devo fazer um pedido formal de desculpas do nosso Presidente e também dos Diretores Geraldo Farias e João Maria, que desejariam estar aqui para o recebimento desta homenagem. Razões da própria situação do País os impediram de estar aqui para compartilhar deste momento de muita honra e júbilo para toda a família do Banco do Brasil.

Senhoras e senhores, é uma grande honra estar aqui na qualidade de Superintendente Estadual do Banco do Brasil em Minas Gerais, representando o corpo funcional de nossa empresa nesta homenagem que a Assembléia Legislativa está prestando à nossa Casa, pela passagem dos 75 anos de fundação de nossa primeira agência em Belo Horizonte e pelos 185 anos de criação do Banco.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, impuseram-se como necessidades urgentes a organização das finanças públicas e o fomento às atividades produtivas, de sorte a transformar a Colônia em um País pujante. Surgiu, então, a idéia da criação de um Banco de Governo, concretizada em 12/10/1808.

O pressuposto que levou à criação do Banco do Brasil foi a conveniência de o País contar com uma instituição financeira que atuasse, simultaneamente, como agente de desenvolvimento e integração nacional e como instrumento de governo para administração da economia.

Esses papéis foram exercidos pela nossa empresa, eu diria que, com rara competência e brilhantismo, dadas as condições com as quais nos defrontamos ao longo de nossa história. Foram vários os momentos de dificuldades, ao longo desses quase dois séculos, nos quais se sucederam reformas constitucionais, severas crises financeiras, guerras, revoluções e outros eventos similares, cujas conseqüências fizeram soçobrar muitas empresas consideradas sólidas. O Banco do Brasil, todavia, sempre emergiu mais fortalecido desses momentos de turbulência. Temos plena convicção de que essa capacidade de crescimento e modificação de rumos, em meio aos instantes mais difíceis de nossa história, é o principal responsável pela posição privilegiada que ocupamos dentre os conglomerados financeiros do mundo.

Podemos dizer que a implantação da agência do Banco na Capital de Minas veio inserir-se dentro dessa estratégia de o Banco atuar como agente de integração nacional, por via do desenvolvimento direcionado para o Oeste. Pela sua riqueza, tradição, cultura e história, Minas constituiu-se em um dos principais alicerces da unidade da Nação. Olhando-se o mapa do Brasil, Minas Gerais parece surgir como o coração da Pátria. Logo, era muito natural que a caminhada no sentido oeste tivesse como ponto de partida Minas Gerais.

Inauguradas algumas poucas agências no interior do Estado, logo após o final da Primeira Guerra Mundial, o Banco criou a filial de Belo Horizonte. Inicialmente, o quadro funcional da nova dependência contava com 5 servidores apenas. Um detalhe que julgamos digno de menção: entre o corpo funcional da nova agência incluía-se Alfredo da Silva Bernardes, irmão do então Presidente da República, Arthur Bernardes.

Nesses 75 anos, passaram pela agência Centro ou ainda, estão ali, inúmeros e ilustres funcionários, tendo tido vários deles a oportunidade de ocupar postos estratégicos da empresa, no País e no exterior. Entre aqueles que tiveram o privilégio de trabalhar na agência centro, modesta e honrosamente me incluo.

De cidade recém-criada a uma das principais metrópoles do Brasil, é inegável que a

roda da fortuna voltou-se para a Capital mineira. O Banco acompanhou o crescimento de nossa Capital. Dos cinco funcionários em 1918, contamos hoje com uma força de trabalho estimada em 3.700 pessoas. Aqui funcionam a Superintendência Estadual, 2 centros de processamento de dados e 29 agências, além de diversos outros órgãos regionais.

Não só o crescimento físico, em termos de instalações, número de dependências e de funcionários, merece ser destacado. Ao longo desse tempo, o Banco passou da condição de Banco voltado precipuamente para o meio rural para a de principal conglomerado financeiro em funcionamento no País. Esse salto deu-se sem que o Banco perdesse sua característica básica de agente de desenvolvimento social e instrumento da política econômica do Governo Federal.

Ainda agora, quando todo o segmento bancário se volta para a atividade especulativa, aplicando suas disponibilidades em títulos do Tesouro, o Banco do Brasil continuou com sua vocação histórica de financiar o processo produtivo, razão pela qual atravessamos uma fase de turbulência e de inadimplência alta.

No entanto, há uma determinação firme e forte do Banco do Brasil em não descuidar desse segmento produtivo. É a própria vocação histórica do Banco do Brasil, da qual a instituição não abre mão, apesar dos riscos que o momento econômico está a exigir da atividade bancária.

Imaginem os senhores o que significam os bilhões de dólares investidos pelo Banco no setor produtivo, em termos de geração de divisas e de empregos, de produção de riquezas. No segmento agropecuário, o Banco participa de forma expressiva no financiamento das safras. Com isso, ajudamos a combater a fome e a inflação e a conter o êxodo rural rumo às grandes cidades, onde o rurícola abre mão de sua cidadania e aumenta a legião de famintos.

Ao lado desse Banco rural, existe um outro, conhecido daqueles que nos honram com a sua preferência nas áreas urbanas. Para esse público, o Banco mantém o que nós internamente designamos como uma prateleira de produtos, visando atender a todas as necessidades de nossa clientela. Somos o primeiro Banco brasileiro a emitir "traveller's check". Nosso cartão de crédito inclui-se entre os líderes do mercado. Estamos lançando a previdência privada com a marca Ouro do Banco do Brasil. Temos uma ampla rede de dependências no exterior, captando recursos para injetá-los no País e financiando o comércio com as demais nações.

Esses são apenas alguns exemplos dos produtos e serviços do Banco do Brasil, que, além de ser o maior, é sem sombra de dúvidas aquele que mais cresce no País. Mesmo nessa hora de crise, em que a maior parte dos demais Bancos marcha em outra direção, não nos afastamos de nossa tradição de Banco voltado para o social. Nesse ano, por exemplo, investimos pesadamente no financiamento de custeio da safra agrícola, e o lento retorno dos capitais emprestados ao setor tem prejudicado nossos resultados; todavia, nosso compromisso básico é com a produção, e dele não nos afastaremos.

Não é somente pela alocação direta de recursos aos setores produtivos que o Banco se desincumbe de sua missão institucional. Um grande brasileiro, o sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", comove este País com sua campanha contra a miséria e a fome.

O Banco do Brasil, desde a primeira hora em que foi lançada a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, disse "presente" a mais essa convocação. São centenas de comitês abertos no País por iniciativa de nossos funcionários, distribuindo alimentos, roupas e recursos os mais diversos. Fala-se que essa campanha inédita é capaz de mudar a face do Brasil. Se Deus iluminar os brasileiros e os objetivos da campanha se transformarem realmente nos objetivos de cada um de nós em nosso dia-a-dia, o futuro não negará ao Banco do Brasil o reconhecimento de nossos concidadãos pelo papel que agora estamos desempenhando.

É assim na campanha contra a fome, é assim no Projeto BB-Educar, que está alfabetizando os brasileiros adultos carentes, é assim no FUNDEC, programa de apoio a pequenas comunidades rurais, caracterizado por entidades internacionais como um exemplo de projeto de desenvolvimento a ser seguido pelos demais países do Terceiro Mundo. É assim, senhores, igualmente, no amparo à pesquisa, à cultura, à ciência e à tecnologia, por meio de recursos da Fundação Banco do Brasil. É assim o nosso cotidiano.

Senhoras e senhores, nesta hora de celebração gostaria de prestar as homenagens do funcionalismo do Banco aos cinco companheiros que iniciaram as atividades de nossa agência, há 75 anos. Julgo que, nos sonhos daqueles pioneiros, já se vislumbrava a cidade que, 3/4 de século depois, seria reconhecida como a metrópole que oferece aos seus filhos as condições de vida mais adequadas entre suas congêneres no País.

Aos funcionários do Banco aqui presentes, faço uma convocação: que não deixem morrer a chama da amizade que une o Banco do Brasil ao povo da Capital de nosso Estado. Envidem todos os esforços no sentido de proporcionar aos nossos clientes o tratamento especial que eles merecem e que é a marca registrada de nossa empresa, para que a marca Banco do Brasil seja reconhecida como sinônimo de bom atendimento.

Aos nossos clientes, transmito um agradecimento especial pela amizade com que honram

o nosso Banco. Nossa Casa é de todos vocês, brasileiros, e simboliza o trabalho valoroso da Nação em prol de um futuro melhor, mais justo, com menos desigualdades sociais e com mais oportunidades de trabalho.

#### Entrega de Placa Alusiva ao Evento

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência tem a honra de proceder à entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Dr. Eustáquio Wagner Guimarães Gomes, Superintendente Estadual do Banco do Brasil com os seguintes dizeres: "Ao Banco do Brasil, por ocasião do seu 185º aniversário de fundação, a homenagem da Assembléia Legislativa pela sua permanente e profícua participação no desenvolvimento sócio-econômico do País. Belo Horizonte, 9 de dezembro de 1993."

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputado Kemil Kumaira, DD. Secretário de Estado de Assuntos Municipais, representando o Governador do Estado, Hélio Garcia; Eustáquio Wagner Guimarães Gomes, DD. Superintendente Estadual do Banco do Brasil, na pessoa de quem queremos homenagear todo o funcionalismo do Banco; Carlos Roberto de Alvarenga, DD. Gerente-Geral da agência Centro do Banco do Brasil, em Belo Horizonte; Ministro Mário Pacini, Diretor do Banco do Brasil; Delauro Boungratz Pereira, ex-Diretor do Banco do Brasil; jornalista Theodulo Pereira, Diretor-Secretário do jornal "Estado de Minas"; Srs. Deputados; autoridades presentes; senhoras e senhores; ao encerrar a presente reunião, esta Presidência sente-se no dever de ressaltar um fato que a muitos terá passado despercebido: o serviço de malotes do Banco do Brasil não tem, nos últimos tempos, transportado apenas valores e documentos. Ele é utilizado para promover o rodízio de fitas educativas de vídeo entre os estabelecimentos estaduais de ensino. Trata-se do Projeto Vida e Escola promovido em cooperação com o Governo do Estado e com a Fundação Roberto Marinho.

O fato não teria maior relevância não fosse a circunstância de resultar de uma das muitas parcerias estabelecidas entre a instituição bancária e a comunidade mineira, alianças sempre marcadas pela forte predominância dos interesses comunitários.

Bem próximo a esta Casa, encontramos outro testemunho eloqüente da inserção do Banco no cotidiano da nossa gente. Em breve, será entregue aos belo-horizontinos a Praça Carlos Chagas totalmente remodelada, graças a convênio entre o Banco do Brasil, a Assembléia Legislativa e a Prefeitura da Capital.

Exemplos como esses, que se repetem em diversos pontos do território de Minas Gerais, mostram que nem só de finanças é constituída a história das relações entre o tradicional estabelecimento e a gente da montanha.

Por outro lado, podemos dizer que os maiores projetos econômicos de Minas Gerais contam sempre com a presença do grande Banco, parceiro constante deste Estado nas ações que visam ao nosso desenvolvimento integral.

A vocação agrícola desta terra teve início nos tempos coloniais. Entretanto, ela não se teria realizado a ponto de o setor exibir a atual pujança sem o apoio do Banco do Brasil, de onde vêm 85% das aplicações na área rural.

Ele é ainda um dos principais responsáveis por termos conquistado a segunda posição como pólo exportador do País. Será, certamente, aliado vital para que possamos assumir, no MERCOSUL, o lugar que nos está reservado.

Nas exportações, revela-se também seu caráter de indutor do desenvolvimento social, traduzido concretamente, na atenção privilegiada que oferece às demandas das pequenas e médias empresas e também das microempresas.

A função social do Banco torna-se clara, se examinarmos a distribuição territorial de suas agências. Municípios que não contariam com o atendimento bancário, se isso dependesse da iniciativa privada, nem por isso ficam marginalizados do sistema: uma agência do Banco do Brasil abre suas portas à população, impulsionando o progresso e a criação de riquezas.

Segmentos sociais de menor renda que, normalmente, não despertam o interesse de estabelecimentos particulares são também alvo das atenções do Banco oficial, que lhes oferece produtos adequados a suas condições e necessidades.

Posicionada como a quarta maior do País, a agência Centro de Belo Horizonte comemora 75 anos de excelentes serviços prestados ao povo da Capital e das cidades da região metropolitana. Celebram-se, portanto, em 1993, as bodas de diamante de um bem-sucedido consórcio. A presença da instituição bancária na Capital mineira foi tão decisiva para o crescimento da jovem Belo Horizonte como o é, hoje, para a terceira metrópole brasileira.

Por tudo isso, esta Presidência solidariza-se com as homenagens que a gente mineira, por seus representantes, presta ao Banco do Brasil. E, como a riqueza de uma instituição se faz pelo valor das pessoas que a compõem, reverencia a memória daqueles que ajudaram a consolidar a feliz parceria entre o grande Banco e este Estado. Cumprimenta, ainda, cada funcionário do tradicional estabelecimento bancário, que, no presente, mantém viva e atuante essa parceria.

Se Minas Gerais é hoje a segunda economia do País, muito tem a agradecer ao Banco do Brasil.

Apresentação do Coral Ars Nova

**O Sr. Presidente** - Neste momento, teremos o prazer de ouvir a apresentação do Coral Ars Nova, da UFMG, sob a regência do maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca.

- Neste momento, o Coral Ars Nova se apresenta.

**ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência agradece a presença das autoridades e dos demais convidados e a encerra, convocando os Deputados para a reunião ordinária de debates de amanhã, dia 10, às 9 horas, e para a extraordinária, também de amanhã, às 14h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Representativa da Assembléia

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais convoca os Deputados membros da Comissão Representativa para reunião a ser realizada dia 11/1/94, às 17 horas, no Salão Nobre do gabinete da Presidência, destinada à elaboração da agenda de trabalho da referida Comissão e a exame de assuntos gerais.

Palácio da Inconfidência, 7 de janeiro de 1994.

José Ferraz, Presidente.

---

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**

---

**480ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso Proferido em 15/12/93 pelo**

**Deputado Antônio Carlos Pereira**

**O Deputado Antônio Carlos Pereira** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias; inicialmente, quero cumprimentar pela encenação aqui montada no dia de ontem: galerias cheias, desceram dos gabinetes, falas adrede preparadas, a indignação ensaiada. Houve pelo menos um mérito: aquilo permitiu que o debate voltasse a esta Assembléia. Esse registro deve ser feito.

Há um segundo registro a ser feito. Houve erros de nossa parte, e sobre eles queremos falar. Primeiro, houve um erro tático. Foi uma ingenuidade política termos aceitado a intervenção provocativa do Deputado José Maria Pinto, na manhã de ontem, não supondo que, após sua fala, outras viriam. Isso nos deixou na situação de falar primeiro e ter de ouvir depois. Houve, também, um erro político, quando encaminhamos a representação ao Ministério Público e, no seu último ponto, que trata da bolsas de estudo, incluímos, a título de exemplo, o Deputado Clêuber Carneiro. Foi um erro, não precisaríamos ter feito isso. Houve ainda um erro de método, no que diz respeito ao encaminhamento da carta que recebemos e que levantava algumas preocupações acerca do Deputado Bené Guedes. Em que pese à limitação dos recursos, teria sido correto, de nossa parte, um mínimo de checagem.

Mais importante do que detectarmos um ou outro aspecto é fazermos aqui um balanço. Creio que esse balanço, que pode ser intitulado "balanço das subvenções sociais", foi um balanço positivo. Afirmando isso sem nenhuma sombra de dúvida, com a tranquilidade de quem levou um processo de levantamento de informações até a imprensa, que permitiu que a Assembléia Legislativa, hoje, concretamente, se veja na obrigação de levar à frente o processo contra a Deputada Elisa Alves. Foi iniciativa da nossa Bancada; foi um trabalho da nossa Bancada que permitiu pudéssemos aqui, hoje, dizer, afirmar que, entre os membros desta Assembléia, havia quem desviava recursos públicos. Há outros balanços positivos, como a decisão da Mesa, fruto também desse processo, de não mais repassar recursos para a ASFAS. Esse é um dado que deve ser comemorado entre nós. Inúmeras vezes, não apenas por nós, foi afirmado que a ASFAS, na prática, servia para

encobrir, para camuflar, para impedir que a sociedade verificasse efetivamente como se aplicam os seus recursos. Mas há mais balanços positivos, como a decisão recente da Mesa de novamente voltar a publicar nomes de parlamentares que fazem indicação de subvenções sociais. Isso permite o cumprimento daquele elemento primário, principal, elementar da administração pública, que é a publicidade e a transparência. Agora, há também acertos maiores. O acerto que teve o seu momento culminante no seminário que a própria Assembléia promoveu, quando, por conclusão quase unânime do seminário, ficou absolutamente claro, incontestemente, que não é papel de parlamentar distribuir recurso público através de subvenção social. Esse seminário definiu também que, tendo em vista a miséria de nosso povo, o Estado deve canalizar, dirigir recursos para a assistência social. E isso deve ser feito com outro critério, com outra prática, com outros referenciais. Mas, além dessas decisões formais, o grande saldo positivo é que esse debate permitiu, não aquilo que vamos denominar de "caça às bruxas", mas que a discussão sobre o uso do dinheiro da sociedade viesse à tona por uma porta pequena, por uma fração residual, pelos 0,2% do orçamento que a Assembléia destinava para a subvenção social. Hoje, a sociedade amadureceu nesse processo. Isso é um balanço positivo. Queremos discutir o conjunto desse processo e não apenas este ou aquele aspecto.

Ontem, desta tribuna, sucederam-se inúmeros pronunciamentos que conseguiram esgotar o Aurélio, tal a variedade de adjetivos. Agora, é curioso e, mais do que curioso, é preocupante, que tanto investimento, tanto esforço não foi capaz de produzir uma única proposta, uma única alternativa. O que se fez aqui foi uma tentativa de inverter a situação. O problema não está no desvio de recursos públicos; o problema não se encontra no fato de entidades fantasmas existirem; o problema não é a Deputada Elisa Alves. O problema passa a ser quem denuncia. Os meus colegas Deputados deveriam apresentar propostas, sugestões, caminhos, medidas e iniciativas capazes de pôr fim a esse estado de coisas. Mas não foi essa a opção feita. A opção foi tentar caracterizar o nosso Partido, o PT, como "as vestais", como os donos da verdade, como aqueles que, com o dedo inquisitório, a todos acusam.

Queria lembrar algumas coisas que são óbvias e claras. Não pertencem ao PT os "anões do orçamento". Não são do PT os parlamentares que, hoje, se o Congresso tiver dignidade, vão ter seus mandatos cassados, porque venderam suas filiações partidárias. Não são do PT os envolvidos em denúncias gravíssimas de corrupção. Eu falo isso com tranqüilidade e com a certeza de que, eventualmente, pode surgir algum caso do PT aqui. Nosso partido não é imune. É um partido de homens, de mulheres, de seres humanos. É um partido que se propõe e se dispõe a colaborar. Erros, cometemos vários, mas, sobre os fatos, senhores, não há o que contestar. Não são do PT os homens que, hoje, estão mergulhados na lama do desvio de recursos públicos neste País.

Queria, também, lembrar que não é do PT o Deputado José Geraldo Ribeiro, que é amigo, sim, do Governador do Estado. Não era do PT a Deputada Elisa Alves. Essas coisas precisam ficar claras, porque, do contrário, vamos acumular adjetivos e não discutiremos as questões concretas. Acusaram-nos de querer resgatar métodos da ditadura militar. É curioso que isso tenha partido exatamente de parlamentares que, através de seus partidos, sustentaram, viabilizaram e mantiveram a ditadura militar neste País! O próprio Deputado José Maria Pinto, desta tribuna, afirmou orgulhosamente ter defendido a revolução, como ele a caracteriza.

Não fomos nós, senhores, que fizemos a ditadura. Não fomos nós que sustentamos a ditadura. Nós fomos aqueles, mas não exclusivamente, que lutaram contra essa ditadura, o que permitiu, como é o caso de vários dos senhores que estão aqui, construir esse espaço democrático neste País. Porém, é uma democracia incipiente, débil, que carece de constituir esforços para consolidar-se, mas que foi conquistada contra a vontade daqueles que, como vários dos senhores, defenderam o regime autoritário, a ditadura militar.

Eu sinceramente tenho dúvida se o nervosismo aqui manifesto se deve ao espírito de corpo, que por si só é condenado em qualquer espaço social e muito mais condenado é no espaço legislativo, ou se ele se deve às insinuações feitas aqui pela Deputada Elisa Alves, há 15 dias. Esse é um debate a ser feito. Essa é uma discussão a ser resolvida e cabe à Assembléia, em conjunto, resolvê-la.

Os senhores sabem, pois detêm essas informações, que, se forem averiguar concretamente, não irão descobrir nenhum desvio de recurso por parte da nossa Bancada. Agora, é curioso e até preocupante a forma como se tentou traduzir esse nervosismo, aqui, ontem. Eu teria muito mais o que falar. Mas queria, como nosso tempo já esgotou, basicamente tocar em coisas velhas. Primeiro: a mão que arregala o sentimentalismo; o ser humano acima de todas as coisas; o desrespeito aos direitos humanos, tendo sido caracterizado, inclusive, que defendemos interesses de bandidos e que, quando se trata de parlamentares, não temos o mesmo cuidado.

Quem vem para a vida pública tem que assumir o ônus de ter uma vida pública. Nós não somos cidadãos comuns, como não é comum o Presidente Itamar Franco, que fica

indignado porque a imprensa o persegue. Nós fizemos uma opção e temos de pagar um preço por isso.

E, segundo, espero que nós possamos, em 1994, que é um ano eleitoral, mas que, mais do que um ano eleitoral, é um ano em que se consolida a possibilidade ou não de este País ter um encontro como nação, ocupar esta tribuna e as nossas comissões para fazer viver esta Assembléia, para discutir política com "p" maiúsculo, para discutir idéias, projetos e alternativas para este País. Tudo isso para que não seja o que alguém comentou, ontem, comigo: "Esta Assembléia é, em última instância, o retrato final da radicalidade e da omissão". Muito obrigado.

#### **480ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

#### **Discurso Proferido em 15/12/93 pelo**

#### **Deputado Roberto Amaral**

**O Deputado Roberto Amaral** - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, representantes da imprensa, distinto e seletivo público que nos vê e que nos ouve: Minas Gerais é, hoje, um modelo de administração pública estadual para o Brasil, porque temos obras, tranqüilidade, governo sem ódio e condições de vida.

Antes, Minas trabalhava em silêncio. O dístico a que muitos recorreram quando queriam realçar a índole da nossa gente. Hoje, ele só pode ser aplicado ao Governo Hélio Garcia, se ajustado aos novos tempos.

Austero, sabendo ser comedido, o Governo de Minas Gerais, humilde, trabalha com simplicidade e tem evitado o alarido fácil. Isso, às vezes, até desagradou aos que preferem o alarde, a ostentação, o desperdício, a incontinência, ou as luzes fartas da promoção pessoal. São os que erguem a voz para, sem qualquer fundamento, tachar o Governo ora de imobilista, ora de indiferente diante dos problemas enfrentados pela sociedade.

Mas, um Governo como o de Hélio Garcia satisfaz os cidadãos esclarecidos, capazes de vislumbrar a principal finalidade da administração pública, que é a de buscar o bem da coletividade.

Estamos no findar de mais um ano, encerrando, assim, mais um período de trabalhos nesta Casa. Ano árduo, vivido, não raro, num clima pesado.

A conjuntura econômica não mudou. Vemos a sociedade clamar por medidas, tão prometidas, mas não viabilizadas, medidas que viessem conter a escalada inflacionária e minorar a situação do povo sofrido.

A pirâmide social achata-se, aumenta a base, que é constituída pelos oprimidos. Vemos esta degradação social, causada, sem dúvida, pela política de altos juros, que, pretendendo inibir o consumo, míngua os meios produtivos, gera o desemprego, fomenta a miséria.

Lucram os Bancos na permanente insensibilidade, como agiotas que tiram do peito o coração e o colocam nos bolsos, nas algibeiras.

Nós, aqui desta Assembléia, Deputados Estaduais, apenas recebemos os reclamos de nossos amigos, de nossos correligionários, de nossas bases eleitorais, do povo.

Estamos inertes, e sobre nós, também, atiram pedras. Temos de ouvir as queixas, os insultos e até críticas e incompreensões. Muitas vezes, o nosso trabalho não é reconhecido. Não podemos apenas dizer que nada temos a ver com isso. O que fazer?

Fazer com que o clamor do povo seja transformado no nosso grito, o grito de Minas, e que ecoe e se faça ouvido.

Nobres companheiros e companheiras, finda-se o ano. O trabalho, nesta Casa, sem nenhuma dúvida, foi profícuo e produtivo. Tenho certeza de que, apesar das tormentas, dos vendavais e até das incompreensões, cumprimos o nosso dever.

Deslocamo-nos para várias cidades, numa abertura inédita do Legislativo, para que, através das Audiências Públicas, fosse permitido à população, na forma mais democrática e aberta, manifestar seus anseios regionais e locais, trazendo, assim, valiosos subsídios para os nossos trabalhos, subsídios que serviram, pela primeira vez, até para a elaboração do próprio orçamento do Estado.

Fazendo um balanço das nossas atividades, como incontáveis outros companheiros, temos a consciência tranqüila do dever cumprido.

Tenho percorrido meu Norte de Minas, sempre lembrado, mas sempre tão esquecido pelo progresso e que hoje sofre uma seca avassaladora.

Como político, procurei, de forma incansável, honesta e pública, sensibilizar órgãos do Executivo para levarem à região os benefícios tão postergados, ou transformar em leis anseios sociais das comunidades que represento, como projeto de abastecimento de água para o Norte de Minas, que, aprovado, virá minorar a situação do povo sedento. Devo citar, também, eventos importantes, patrocinados pela Assembléia Legislativa e que contaram não só com nossa presença, mas com a de todos os Deputados mineiros, como os seminários sobre cidadania, habitação, saneamento, lei eleitoral, CIPE-São Francisco e o recente debate sobre aplicação das verbas sociais.

A participação em seminários como Águas de Minas, Minas Terra, UPI - União Parlamentar Interestadual, em Porto Alegre; e em eventos como o 3º Encontro Regional da Associação dos Hospitais de Minas Gerais, no Norte de Minas; o CIPE - Comissão



Interestadual Parlamentar de Estados para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco, envolvendo cinco Estados da Federação, que permitiu nascesse uma Política de Recursos Hídricos para Minas Gerais, abriu horizontes, mostrou-me novos enfoques.

Sr. Presidente, com o beneplácito de V. Exa., quero nesta hora, neste ocaso de 1993, deixar gravado nos anais desta Assembléia novamente o meu reconhecimento e meu agradecimento aos meus amigos, amigos competentes e dedicados. Refiro-me, Sr. Presidente, nobres companheiros, ao corpo de funcionários desta Casa. São vários e não posso, sem cometer injustiça, tentar nominá-los. Mas, posso e devo citar chefias, aquelas que, diretamente, tratam de nosso trabalho parlamentar.

Citando-as, meus agradecimentos estendem-se às suas equipes. Agradeço, assim, ao incansável Diretor-Geral, Dr. Dalmir de Jesus; ao Secretário-Geral da Mesa, Dr. Paulo Navarro Vieira e a seus assessores diretos; ao Secretário de Temática Processual, Dr. Júlio César; à Gerente-Geral de Consultoria e Pesquisa, Dorinha e seus eficientes consultores; ao Gerente-Geral de Comissões, Élcio Costa, seus gerentes de comissões, com suas prestimosas e competentes equipes; ao Gerente-Geral de Plenário, José Araújo e seus assessores de plenário e apoio técnico que atuam sob a orientação segura de Antônio Geraldo Pinto; aos Gerentes de Taquigrafia e Publicação, Documentação e Informação, Elmira Isaura e Edith Roque. A toda equipe de Comunicação Social, sob a batuta da jornalista Sílvia Rubião; ao Assessor Legislativo da Liderança do Governo, Carlos Ribeiro Navarro.

A eles, como a todos os outros Secretários, Gerentes, funcionários, à minha equipe de gabinete o nosso agradecimento, o meu muito obrigado.

Quero, também, neste momento, desejar a todos, junto com suas famílias, um Natal de alegrias e um Feliz Ano Novo, que se avizinha, e durante o qual, mais uma vez e mais do que nunca, tanto precisaremos de ajuda. Seja um ano de paz para um Brasil que, permita Deus, encontre caminhos melhores.

E aos companheiros, Deputados e Deputadas, meu respeito e admiração e, com grande apreço, o meu fraternal abraço, extensivo a todos os seus familiares, desejando feliz e próspero Ano Novo.

Sr. Presidente, outro motivo que nos traz a esta tribuna, hoje, é para dizer que, em novembro, fizemos aqui um pronunciamento, citando as obras do Governo Hélio Garcia. Quero fazer uma retificação no nosso pronunciamento. Duas obras estão previstas para Belo Horizonte.

Refiro-me à instalação do VLT e do elevador que dá acesso à Avenida Antônio Carlos. Essas obras não mais constituem programa do Governo Estadual, tendo em vista que a população de Belo Horizonte, através dos seus legítimos representantes, não mais as desejam assim. Dessa forma, o Governo Hélio Garcia não tem mais esse compromisso, pois essas duas obras não mais constam no programa do Governo Estadual. É o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

#### **480ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso Proferido em 15/12/93 pelo**

**Deputado Bonifácio Mourão**

**O Deputado Bonifácio Mourão** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, consta na Constituição Federal a presunção de inocência para todos os brasileiros, enquanto não se prova a sua culpa. Essa presunção não consta somente na Constituição Federal. Consta nas constituições de todos os países do mundo civilizado. E não consta somente nessas constituições. Consta na Declaração dos Direitos e Garantias Individuais do Homem, feita pelas Nações Unidas. E não somente nesta declaração. A presunção de inocência, até que se prove a culpa, vem de 3.000 anos atrás, em um dos ensinamentos de Cícero, registrados na história para a humanidade. Repito em latim o seu texto: "Qui incubit probatio qui dit non qui negat" - a prova cabe a quem diz e não a quem nega. Daí se tira a conclusão de que o ônus da prova cabe a quem alega.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aqui nesta Casa, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, procura-se inverter um procedimento que é norma não só da Constituição Federal, mas de todo o mundo civilizado, e é norma que os romanos lançaram como ensinamento de milênios atrás.

A denúncia que se lança contra Deputados desta Casa, sem estrutura e prova bastantes, parte de um dos princípios mais perigosos contra o ser humano, que é a punição prévia dos inocentes. Quando o PT, por intermédio de uma comissão, dirige-se ao Ministério Público de Minas Gerais e, antes de encaminhar o que tem nas mãos a esse órgão, entrega-o à imprensa, está, Sr. Presidente e Srs. Deputados, punindo os inocentes antes de investigar a sua culpa.

Isso é uma inversão do que consta no ensinamento universal. Esta Casa não pode admitir, calada, essa situação, e, quando falo que está punindo os inocentes antes da investigação, está, porque uma coisa é o julgamento da pessoa física, outra coisa é o julgamento do homem público. Quando se leva o nome do homem público para a imprensa, está-se condenando previamente o homem público. E quem pode negar uma realidade dessa? Quem pode negar que, depois de o nome do Deputado estar nos jornais

como investigado, como suspeito de corrupção, de peculato, de desvio de verbas, por essa Justiça morosa que temos no País, em que o processo se arrasta por longos anos, quem pode negar que esse processo, essa denúncia e essa investigação pela imprensa já não constituem condenação prévia contra o Deputado? Condenação, Srs. Deputados, não é só aquela registrada no Código Penal brasileiro, por peculato, por corrupção ativa ou por corrupção passiva. A condenação a que nos referimos é a pior de todas: é a condenação pela opinião pública. Essa já é uma condenação que decorre de uma denúncia, muitas vezes infundada e muitas vezes irresponsável. Irresponsável, sim, Srs. Deputados do PT.

Ilustre Deputado Antônio Carlos Pereira, não se justifica o fato de V. Exa. vir a esta tribuna e dizer que fez as denúncias, mas que poderá se retratar caso elas não venham a ser comprovadas, ou se V. Exa. entender que elas não têm fundamento. Não podemos partir do princípio de punir os inocentes para depois tentar resgatar a verdade e vir aqui confessar um erro, porque não é todo o povo de Minas Gerais que está escutando o que falamos desta tribuna. Lá de Ubá, o povo que acompanha a vida do Deputado Ibrahim Jacob não está escutando as palavras que V. Exa. diz desta tribuna. Pelo contrário, está julgando previamente o Deputado Ibrahim Jacob. E quando eu cito o nome do ilustre Deputado, eu o cito referindo-me a todos aqueles denunciados inocentes, e o destaco em homenagem ao seus cabelos brancos e por ser o decano desta Casa, merecendo, como merecem os outros, o respeito de todos nós. O processo em si, Srs. Deputados, já é uma pena, dizia Calamandrei, grande criminólogo italiano. O processo em si já é uma pena contra qualquer cidadão, ainda mais contra o homem público. Compete a quem faz a denúncia apresentar a prova. V. Exa., Deputado Antônio Carlos Pereira, ocupou hoje esta tribuna e desviou o assunto para outros, sobre a pureza dos Deputados do PT, sobre o que acontece na CPI nacional. V. Exa. falou sobre tudo, menos sobre o que podia reafirmar e mostrar as provas contra aqueles Deputados que V. Exa. acusou, e é um dever de V. Exa., a essa altura, mostrar isso. V. Exa. tem um compromisso, não só para com esses Deputados, como também para com seus colegas de partido, porque isso prejudica o seu partido, que certamente será julgado por denúncias dessa consistência.

V. Exa., Deputado Antônio Carlos Pereira, quando ocupa esta tribuna, encontra, em Minas Gerais, a opinião pública preparada para a condenação. V. Exa. está explorando um terreno perigoso, e os homens comprometidos com a verdade não podem agir dessa forma. Tolerar-se tudo, Sr. Deputado, tolerar-se a ingratidão, a pobreza, a doença, mas a injustiça ninguém tolera. A injustiça feita a um homem, Sr. Deputado, é uma ameaça feita à humanidade, principalmente a um homem público. Ninguém se conforma com a injustiça. Não há homem, no mundo, que se conforme com a injustiça. Conforma-se com tudo, menos com a injustiça. E o mais grave acontece quando se encontra um clima preparado para, não sei com qual intenção, ridicularizar os colegas Deputados, submetendo-os ao descrédito público, à vergonha perante sua família, seus semelhantes, perante Minas Gerais e o Brasil. É preciso estar estruturado com um mínimo de provas, com indícios bastantes para se fazer uma denúncia. Caso contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estaremos ameaçando as instituições do Estado de Minas Gerais, estaremos ameaçando este Poder, estaremos ameaçando os nossos semelhantes e as gerações futuras, que, certamente, irão julgar a geração de Deputados que passou por esta legislatura, podendo aplaudir-los ou condená-los, de acordo com a sua isenção, com a sua grandeza e com a sua envergadura moral. Muito obrigado.

**480ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**Discurso Proferido em 15/12/93 pelo**  
**Deputado Ermano Batista**

**O Deputado Ermano Batista** - Sr. Presidente, senhores Deputados, senhores presentes nas galerias, é indubitado que vivemos hoje em estado de tensão. A guerrilha interna, no parlamento, tem gerado as mais diversas apreensões. É preciso que se faça uma análise muito séria a respeito do quadro que se pinta, uma vez que parece existir, da parte de pretensos assaltantes do poder, a predisposição de ridicularizar as instituições. Hoje, fiquei até satisfeito com o tom do discurso do Líder do PT. Reconhecendo, ponto a ponto, as falhas cometidas no seu comportamento afoito, acabou por fazer um balanço dos resultados das discussões e, embora sua forma de mensurar o resultado não seja por mim totalmente aprovada, tem seu mérito. Hoje, o seu discurso, na verdade, chama a discussão, nesta Casa, para a disputa das idéias. E é, realmente, o que precisa acontecer no parlamento, pois é preciso que se tenha o despreendimento e a coragem de discutir e decantar idéias; no confronto das idéias, somente aqueles que não têm o que mostrar é que apelam para o desespero.

Hoje, eu avalio o discurso do Líder do PT com conteúdo, o que não aconteceu em seus discursos de alguns dias pretéritos, quando ele, totalmente desprovido de superfície e de supedâneo legal, preferiu denunciar por denunciar. E isso é um mal. Denunciar a imoralidade é um fato elogioso, mas tripudiar, macular a honra alheia é temerário, é censurável. Isso não deve acontecer. É preciso que se trate com seriedade a coisa

pública. O patrimônio moral do cidadão não é um patrimônio privado; é, na verdade, um patrimônio público, pois o nosso nome não nos pertence: ele pertence aos nossos amigos e aos nossos familiares. Os primeiros que iremos entristecer serão os nossos familiares, serão os nossos amigos de perto, quando chegarem à infeliz conclusão de que nós os decepcionamos. Lançar ao público e ao mundo o nome de um cidadão sem o devido embasamento moral é um risco que não se deve cometer.

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que quem reza em cartilha não são aqueles Deputados que aqui estiveram ontem, como disse o Líder do PT no seu discurso, com suas palavras escritas. Não parece ser ação o que eles fizeram, porque, na verdade, quem tem transformado isto aqui em picadeiro e as galerias em auditório circense não tem sido a Bancada do Governo.

Quem tem cartilha é o partido da Oposição. É preciso que essa cartilha seja refeita; é preciso que seus pensamentos sejam mudados e, já que o Líder do PT se dispõe a partir para a disputa no campo das idéias, ele não pode deixar de admitir, em momento nenhum, que os seus contendores podem ter, pelo menos, um fio de razão, e, onde estiver a razão, é preciso haver diálogo, é preciso haver uma terceira conclusão. Não se impõe idéia com cadeia, nem convicção com bordoadas. Isso só se faz através do diálogo, da discussão sadia no campo da argumentação.

Eu elogio e espero que esta disposição da Liderança do PT não fique restrita às paredes desta Casa, nem morra ao vento quando ele sair daqui, mas que ganhe corpo na sua mente, no seu entendimento, e que ele possa transmiti-la a todos os membros da sua Bancada. É exatamente isso que precisa ser feito, e é este o comportamento que tem tido a Bancada do Governo até agora. Que o ano de 1993 possa acabar e sepultar com ele essa guerrilha interna implantada pela obsessão, e que 1994 ressuscite com idéias novas, voltadas para o verdadeiro interesse da comunidade mineira.

Deixemos de ser bitolados. E me permitam dizer, pelo que ouvi ontem do discurso do Governador do Estado, quando ele insiste em ajudar o Governo do Partido dos Trabalhadores a prestar benefícios à população belo-horizontina, o PT, que prefere fazer o governo do mais, mais cargos criados, mais buracos, mais isso e mais aquilo, na busca de aumentar o tormento da população de Belo Horizonte, nega-se a receber os auxílios do Governador. Mas ontem ele disse: "Sr. Prefeito, a partir de agora, traga-me os problemas. Vou avaliá-los e estou disposto a emprestar a participação de Minas na solução dos mesmos. Mas, até agora, o que tenho oferecido V. Exa. se nega a aceitar". É bom que o Sr. Prefeito de Belo Horizonte também possa pensar como pensou hoje o Líder do PT: "Traga discussões para o campo das idéias". Fuja da cartilha, repugne o bitolamento. É isso que precisa ser feito.

É preciso que 1994 seja realmente diferente para o bem de nós todos, mas, principalmente, para o bem de Minas Gerais.

#### **480ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

#### **Discurso Proferido em 15/12/93 pelo Deputado Baldonado Napoleão**

**O Deputado Baldonado Napoleão** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores. Quero, rapidamente, quando encerramos os trabalhos da Assembléia, registrar a minha satisfação diante da aprovação, que fizemos nesses últimos dias, de um importante projeto do Governo do Estado, que restabelece o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Estado - FUNDEURB. Quem militou nessa área sabe que o FUNDEURB prestou grandes serviços a quase 300 municípios de Minas, provendo recursos para a importantíssima área do planejamento urbano e para a realização de obras de saneamento básico. Sabemos que nestes últimos anos a área de planejamento de um modo geral tem estado abandonada. As nossas cidades de médio e grande porte estão crescendo desordenadamente, sem nenhuma orientação e sem que nenhuma medida seja tomada, seja pela falta de vontade política das administrações municipais, seja pela falta de orientação técnica do Governo Estadual, do Governo Federal e, principalmente, pela falta de recursos financeiros. O FUNDEURB vem, agora, preencher essa lacuna e chega num momento importante, porque as administrações municipais ainda estão numa fase de implantação de seus períodos. Vem pelas mãos competentes do BDMG, da Secretaria do Planejamento, oferecer uma alternativa importante para o planejamento urbano do nosso Estado. Não podemos nos esquecer de que não há saúde pública e desenvolvimento sem saneamento básico e sem planejamento urbano. Não há possibilidade de desenvolvimento, sem que a área física esteja preparada para receber os empreendimentos. O que há é crescimento desordenado e a administração pública a reboque, apagando incêndios sem condições de resolver os problemas, em detrimento da qualidade de vida do povo.

Hoje, estou aqui entusiasmado por ter participado da votação do Programa SOMA, que traz US\$150.000.000,00, de fora, que serão somados a mais US\$75.000.000,00 do Estado e mais US\$75.000.000,00 da Prefeitura. Isso dará um total de US\$300.000.000,00 para os municípios.

Mas eu vejo nos jornais de hoje uma notícia sobre o pronunciamento do Governador do Estado, que disse ao Prefeito de Belo Horizonte: "Eu quero dizer, agora, a V. Ex<sup>a</sup>,

que nenhum dos dois projetos do Governo, o da Antônio Carlos e o do VLT, o Governo de Minas tem interesse em fazer mais. Acabou essa conversa. A culpa não fica em mim. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, nos três anos que lhe faltam, encontrará soluções melhores do que as que eu defendi. Eu não conheço de VLT e nem sei se a melhor solução seria o elevado da Av. Antônio Carlos. Agora acabou. Traga a mim outros projetos que V. Ex<sup>a</sup> julgue melhor para Belo Horizonte, e estarei ao lado de V. Ex<sup>a</sup>".

Quero dizer que essa é uma constatação lamentável para a população de Belo Horizonte, que é uma das maiores cidades do mundo. Não é assim que se faz o desenvolvimento. Não é assim que se trata a coisa pública. Quero pedir, de público, ao Governador do Estado que reveja a sua posição.

Todos nós sabemos que a solução dos gravíssimos problemas de Belo Horizonte passa pela necessária articulação entre o Governo do Estado e os governos municipais, principalmente na área dos transportes. Sabemos que é impossível tratar essas questões isoladamente. Nenhuma Prefeitura, nenhum município pode tratar essas questões isoladamente. A Prefeitura de Belo Horizonte não tem recursos para resolver os problemas, não tem saneamento básico, não tem transporte, e os investimentos são gigantescos.

A solução desses problemas gravíssimos, que dificultam o desenvolvimento da Capital, passa pela necessária colocação de todas as autoridades municipais e do Governo do Estado juntos, sentados numa mesma mesa. Sei disso porque tenho perguntado e conversado com outras pessoas. Esta atitude do Prefeito é o resultado de um posicionamento radical da administração municipal de Belo Horizonte, que coloca a solução de um problema grave como esse debaixo de uma tal de orientação político-partidária, em detrimento da qualidade de vida do povo de Belo Horizonte.

Quero pedir ao Governador do Estado que mantenha sua posição, como o grande administrador que é, preocupado com os problemas de Belo Horizonte e as suas soluções. Ele foi um grande Prefeito e tem demonstrado preocupação com o encaminhamento de soluções. Ele sabe, portanto, mais do que ninguém, que a Prefeitura de Belo Horizonte jamais conseguirá sozinha resolver esses problemas.

Fiz questão de ler alguma coisa sobre transportes, para dizer que é muito difícil alguém questionar soluções técnicas, como o veículo elétrico sobre trilhos. A explicação técnica para a solução é a seguinte: "Descrição do sistema: O bonde moderno, tecnicamente denominado veículo elétrico sobre trilhos, com peso inferior ao sistema de meios urbanos, é um veículo de tração elétrica, alimentado por rede aérea, nos moldes dos antigos bondes, e continua como a alternativa tecnológica mais utilizada no mundo."

Portanto, fica aqui o meu apelo para que o Prefeito de Belo Horizonte, que é tido como uma pessoa razoável, inteligente, capacitado, não se submeta a radicalismos políticos, submetendo o povo de Belo Horizonte a esta situação tão grave. E que o Governador do Estado também não se submeta a esses radicalismos. Muito obrigado.

#### **480ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso Proferido em 15/12/93 pelo**

**Deputado Anderson Adauto**

**O Deputado Anderson Adauto\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o lançamento do programa de estabilização econômica, que está sendo chamado pela imprensa de Plano FHC-2, veio, em boa hora, dar um rumo ao Governo Federal que, até então, mostrava-se desorientado, indeciso e semiparalisado diante da grave crise que o País está vivendo.

Depois de analisar as linhas gerais desse programa de estabilização, nossa opinião é de que se trata de um conjunto coerente de iniciativas, que estão bem fundamentadas e articuladas entre si, e, por isso mesmo, tem chance de dar certo.

Pela primeira vez na história dos planos econômicos, verifica-se que o Governo está, realmente, comprometido em zerar o déficit público e, para isso, começa a cortar despesas do setor público de forma corajosa e inédita.

Mas o aumento de 5% na alíquota de todos os impostos arrecadados pelo Governo Federal é uma iniciativa antipática e até mesmo com potencial inflacionário.

E, aqui, é preciso reconhecer que a inflação é o mais perverso e o mais injusto de todos os impostos, que afeta indistintamente toda a população e todas as empresas do País, principalmente aqueles que não têm como se defender da voragem inflacionária.

Entretanto, Sr. Presidente e prezados Deputados, o Plano FHC-2 traz em seu bojo uma medida com a qual não concordamos em hipótese nenhuma, que é a redução de 15% nos repasses do Governo Federal aos Estados e municípios por dois anos, para a criação do Fundo de Emergência.

Essa iniciativa confronta diretamente com o conceito que está convictamente entranhado no programa do nosso partido e que é uma bandeira da qual não abrimos mão: a defesa do municipalismo.

A experiência brasileira das últimas décadas mostra de forma muito clara que o município aplica os recursos públicos com mais eficiência e mais austeridade que o Governo Federal e, também, que os Governos Estaduais.

Além do mais, os municípios e os Estados sofreram as conseqüências da brutal queda

da arrecadação e de receitas provocada pela recessão desta década perdida.

Embora a Constituição de 1988 tenha melhorado a participação dos Estados e municípios no bolo total das receitas públicas, os recursos ainda são insuficientes para quase todas as Prefeituras do País.

Uma redução de 15% no orçamento mensal de cada município e de cada unidade da Federação poderá inviabilizar as atuais administrações, diminuindo drasticamente seus programas de obras.

Portanto, no entendimento do PMDB, esse é um ponto do programa de estabilização econômica que precisará ser modificado pelo Congresso, encontrando-se outra fonte de recursos para a constituição do Fundo de Emergência.

Como muito bem lembraram recentemente o Líder do PMDB na Câmara Federal, Deputado Tarcísio Delgado, e o Governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, a solução talvez esteja em taxar de forma mais dura a especulação financeira, principalmente os bancos e o sistema financeiro, que são os maiores beneficiários dessa especulação.

Outro ponto que, a nosso ver, precisa ser melhor analisado no Plano FHC-2 é a previsão de despesas e receitas, pois, segundo estudos efetuados por economistas da iniciativa privada, as despesas estão superestimadas e as receitas federais, subestimadas. A entrada em vigor do IPMF a partir de janeiro e as receitas que já estão sendo geradas pelo COFINS podem, eventualmente, tornar desnecessário o aumento de 5% na alíquota de todos os impostos, mantendo a carga tributária no tamanho em que ela se encontra atualmente - e que já não é pequeno.

Para finalizar, Sr. Presidente e caros colegas, propomos que cada partido e cada bancada com representantes nesta Assembléia desenvolvam um trabalho junto aos companheiros Deputados Federais, para que façam a alteração da medida que reduz os 15% nas transferências para os Estados e municípios, encontrando uma outra fonte de recursos para a constituição do Fundo de Emergência.

Por outro lado, fazemos votos para que a tramitação, no Congresso Nacional, dos projetos de lei que constituem o programa de estabilização econômica seja rápida, para que, já nos primeiros meses de 1994, tenhamos os primeiros resultados desse plano.

E, como resultado do programa e de todas as demais iniciativas que estão sendo tomadas pelo Governo Federal e pelo Congresso, 1994 seja o ano da retomada definitiva do desenvolvimento do nosso País - primeiro passo para a criação de uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida nesta Nação. Muito obrigado.

(\* - Sem revisão do orador.)

#### **480ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso Proferido em 15/12/93 pelo**

**Deputado Roberto Carvalho**

**O Deputado Roberto Carvalho** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos de acordo com o projeto.

Gostaria de analisar rapidamente três questões. Na realidade, será mais uma lembrança do que uma análise. A primeira questão que estamos discutindo trata do vício histórico do corporativismo no Brasil. Esse corporativismo não é apenas do parlamento, ele é cultural, pois muitas outras instituições têm esse corporativismo. Creio que parte desta nossa reação é uma tentativa de quebrar esse vício de corporativismo "inter corporis", que inunda não apenas o nosso parlamento, mas também todas as outras instituições. Não foi o PT que criou as denúncias de corrupção neste País. Estas denúncias de irregularidades de subvenções não partiram da Assembléia de Minas, mas sim, de uma CPI do Congresso Nacional, que detonou nacionalmente a discussão desse problema.

Dada a exigüidade do tempo, não tenho condições de analisar as três folhas de anotações que tenho em mãos, mas gostaria de dizer que quando propusemos a CPI, falávamos que, diante das denúncias de desvio de verbas de subvenção social, todos os parlamentares estavam sob suspeita. Era preciso que abrissemos esta Casa, que votássemos a CPI, porque hoje, devido à situação em que o País se encontra, não basta sermos honestos, temos que provar que somos.

Quem propôs o caminho do Ministério Público foi a Maioria. Queríamos que esta Casa abrisse as portas, com todos os dados, e que fosse uma coisa transparente, como está na Constituição e como achamos que deve ser tratada a coisa pública.

Quando o Carlão encaminha ao Ministério Público, ele cumpre aquilo que foi decidido por esta Casa, ou seja, toda denúncia deve ser enviada ao Ministério Público. Isso não é uma condenação, como quis dizer o Deputado Bonifácio Mourão.

A respeito da Prefeitura, o Deputado Antônio Pinheiro, do PSDB, entrou com uma proposta, que foi aprovada por esta Casa, de criação de uma comissão que pudesse compatibilizar, discutir com a Prefeitura e com o Governo do Estado. Essa comissão convocou todos os representantes da Prefeitura e do Governo do Estado. Sabem o que aconteceu? Não veio um representante do Governo do Estado.

Na verdade, a Prefeitura tem outras alternativas apresentadas, a custos muito menores.

Não sei se o Deputado Baldonado Napoleão foi à comissão da qual o Deputado Antônio Pinheiro foi idealizador. Lá foi mostrado, pelos técnicos da Prefeitura, que a continuidade do metrô é uma obra muito mais barata que o VLT. São dados concretos, de técnicos. O VLT é uma tecnologia superada. Aliás, essa obra seria feita pela Norberto Odebrecht, empresa que está no Congresso Nacional distribuindo aqueles percentuais aos parlamentares.

Portanto, precisamos discutir seriamente. Apoiamos o requerimento do Deputado Antônio Pinheiro, participamos da comissão, e o Governo do Estado sequer enviou representante. A idéia do Deputado Antônio Pinheiro era ouvir os técnicos do Governo e da Prefeitura e compatibilizar as alternativas. O representante da Prefeitura veio e apresentou as propostas. Agora, o Governo está querendo chantagear a Prefeitura. Se existe a verba, vamos fazer o que custa mais barato.

O Sr. Dario Rutier Duarte, Secretário de Obras, não veio, apesar de ter sido convocado várias vezes. Ele não veio porque não tinha argumento para discutir com os técnicos da Prefeitura, esta é a realidade. Não vamos agora fazer de conta que a Prefeitura não quer obras. Queremos sim, mas queremos obras que sejam mais baratas, e não o absurdo daquele "minhocão", feito para atender a interesses de empreiteiras. Aliás, ele não é uma iniciativa do Governo Hélio Garcia. O VLT é iniciativa do ex-Governador Newton Cardoso. Hoje, quem apóia o Governo do PFL veio aqui denunciar o VLT. No Governo passado, o VLT era obsoleto e não atendia aos interesses de Belo Horizonte. Era dinheiro para a corrupção, para empreiteiras, era dinheiro de empréstimos internacionais que queriam trazer para cá. Vamos fazer a discussão com seriedade. Assim não dá.

Gostaria de terminar dizendo que esta Casa terá uma ótima oportunidade de mostrar que o espírito de corpo existe. A Comissão de Constituição e Justiça votou, por unanimidade, licença para que Deputados sejam processados pela Justiça. São a Deputada Elisa Alves e o Deputado Paulo Pettersen. O Deputado Paulo Pettersen, desta tribuna, pediu que fosse votada licença para que ele fosse processado porque, no Judiciário, ele iria mostrar que tinha razão. Então, entendemos que o caso dos dois Deputados não tem nada que ver com o que está na Constituição a respeito da imunidade parlamentar. Esta Casa irá demonstrar se tem ou não espírito de corpo ou se ele só existia quando o Deputado Ermano Batista estava falando aqui.

---

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

---

### DESPACHO DO DIRETOR-GERAL EM 6/1/94

José Jurani Garcia de Araújo - Prorrogação do prazo de sua posse no cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator, padrão AL-28, nível I, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, por mais 30 (trinta) dias, a partir de 20/1/94, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83. Deferido.

### TOMADA DE PREÇOS Nº 1/94

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/1/94, às 16 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, a Tomada de Preços nº 1/94, para aquisição e instalação de esquadrias em alumínio com blindex.

O edital e outras informações poderão ser obtidos no endereço acima, das 8 às 18 horas, até o dia 24/1/94.

Belo Horizonte, 7 de janeiro de 1994.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

---

## ERRATA

---

**Nº 1.842/93**

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 6/1/94, na pág. 22, col. 3, na redação final do Projeto de Lei nº 1.842/93, onde se lê:

"Art. 17 - Os cargos de Diretor-Geral, Vice-Diretor-Geral e Diretores das Diretorias de Engenharia de Construção, de Manutenção, de Operação de Via e de Transporte Metropolitano e os de Assessor-Chefe, excetuados os mencionados no art. 18, são privativos de graduados em curso superior de Engenharia Civil.", leia-se:

"Art. 17 - Os cargos de Diretor-Geral, Vice-Diretor-Geral e Diretores das Diretorias de Engenharia de Construção, de Manutenção, de Operação de Via e os de Assessor-Chefe, excetuados os mencionados no art. 18, são privativos de graduados em curso superior de Engenharia Civil.".

---